

MEMÓRIA XXII REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ

Data: 25 de julho de 2006.

Local: Ministério do Meio Ambiente – Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, 8º andar.

LISTA DE PARTICIPANTES

Nome	Instituição
Adriana Araújo Maximiano	IBAMA
Alberto da Rocha Neto	MMA
Alexandre Trajano de Arruda	MME
Doralice Meloni Assirati	MME
Fernando Vieira Sobrinho	FUNDACENTRO
Hearle Calvão	MDIC
Itamar José Rodrigues Santos	CUT
José Wilson Pereira	MI
Júlio César Baena	MMA
Márcio A Mariano da Silva	FBOMS
Marco Antônio Borba	MS
Marília Marreco Cerqueira	MMA
Obdulio Fanti	ABIQUIM
Otávio Augusto Drumond Cançado Trindade	MRE
Robson José Calixto (convidado)	MMA
Sérgia de Souza Oliveira	MMA
Taís Augusto P. Cotta	UnB
Walter Noronha	MCT

1. Apresentação minuta de memória da V Reunião Extraordinária, realizada no dia 09 de maio de 2006, e aprovação.

2. Cursos da capacitação: Com relação a este tema, foi sugerido entrar em contato com as instituições a fim de verificar a representação geográfica (evitando a centralização de cursos na região Sul-Sudeste), temas abordados, público-alvo, entre outras características que possam contribuir para a elaboração de uma programação de cursos. A programação, depois de finalizada, será incluída na página da CONASQ.

Comentários: O representante do MRE informou da existência de um fundo, no âmbito da Estratégia para o Gerenciamento Internacional de Substâncias Químicas (SAICM), para a implementação de programas de capacitação para determinadas áreas (agricultura, trabalho etc.), com prazo final de envio dos documentos no dia 18 de agosto. O MRE solicitou que os interessados se pronunciem e se prontificou a auxiliar no que fosse necessário, ressaltando que as propostas deveriam ter caráter interinstitucional.

3. Conferências Nacionais:

• Agrotóxicos: Com referência a este tema, foi sugerida a formação de um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração e aplicação de um Plano de Ação da CONASQ, denominado “Agricultura com Segurança Química”, formado, no primeiro momento, pelas seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente; IBAMA; ABIQUIM; FUNDACENTRO; Ministério da Saúde; Universidade de Brasília; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e CUT. O Plano de ação deve abordar, pelo menos: Capacitação; Direito ao saber; Áreas contaminadas; Embalagens e Transporte.

Comentários: Lamentou-se a ausência de representante do MAPA. Foi colocado como um dos principais problemas a ineficiência do receituário agrícola, que deveria estar relacionado com outras práticas, como por exemplo, a devolução das embalagens.

O representante do MS citou a ocorrência, no Estado do Maranhão, de evento envolvendo 30 mortes cujo diagnóstico oficial foi o beribéri (carência de vitamina B1), entretanto suspeita-se de mau gerenciamento de agrotóxicos associado ao hábito do alcoolismo na região. O representante da FUNDACENTRO relatou problemas de intoxicação envolvendo os trabalhadores rurais da cana-de-açúcar através da prática de queima da lavoura para retirar a palha, que acaba por expor trabalhadores aos agrotóxicos utilizados na cultura. Foi discutida a implantação de obrigatoriedade legal de capacitação dos aplicadores de agrotóxicos, num sistema semelhante ao que se submetem os motoristas que transportam cargas perigosas. A representante do IBAMA propôs a possibilidade de se realizar cursos de capacitação via universidades, com a possível criação de “carteirinha de aplicador”.

O IBAMA relatou os resultados das reavaliações toxicológicas de agrotóxicos e preservativos de madeira realizadas pela ANVISA, mas que contou com a participação do IBAMA, MMA e MAPA. Estas reavaliações culminaram com a proposição de *phaseout*, aceito pela Associação Brasileira de Preservadores de Madeira – ABPM e pelas empresas presentes, para os produtos que contenham lindano e pentaclorofenol. Quanto aos outros ingredientes ativos reavaliados, foram feitas várias exigências para a manutenção de seus usos.

4. Áreas contaminadas: Salientou-se ser este um problema de difícil solução, principalmente em função da legislação que trata de falências, que dificulta a responsabilização e o ônus da descontaminação acaba no poder público.

5. Transporte de cargas perigosas: Após discussões e apresentações de casos e de iniciativas em andamento, como o P2R2, concluiu-se já existir atividades relevantes sobre este tema.

Comentários: O representante da FUNDACENTRO relatou a falta de articulação entre a Convenção OIT 174 e o P2R2, apontada e discutida inclusive nos seminários realizados em 2005 no Recife e 2006 em Porto Alegre sobre o tema. Neste contexto foi relatado o interesse do MMA, e da CONASQ, em promover a articulação, indicando representante do P2R2 para participar tanto dos eventos da OIT 174 quanto das reuniões da CONASQ.

A vice-presidente da CONASQ comentou sobre a maior abrangência do P2R2 em relação à OIT 174. Em seguida, propôs que um representante do MTE fizesse uma apresentação sobre a Convenção OIT 174 na próxima reunião do P2R2.

6. Mercúrio: Este metal foi proposto como um dos grandes temas a ser trabalhado pela CONASQ, apesar de ser questionada sua ausência nas Conferências Nacionais. O representante do MS informou que o Mercúrio continua como uma das prioridades daquele Ministério, incluindo as atividades de capacitação de agentes de saúde para o diagnóstico da contaminação humana com este metal, no entanto, a compra dos kits de análise de mercúrio em campo foi suspensa devido à falta de validação analítica do método.

A representante da UnB ressaltou a necessidade de se “dar o passo seguinte” na questão do mercúrio, destacando que não há mais necessidade de coletar dados para ser constatada a contaminação por mercúrio. É necessário ações visando remediar o problema: substituição desta substância por outras menos perigosas e/ou seu uso seguro, controle do uso nos garimpos; nas lâmpadas - substituição por lâmpadas sem mercúrio; nos hospitais - substituição dos equipamentos que contenham mercúrio; e os estoques de mercúrio - avaliação das quantidades e gerenciamento dos mesmos.

Em se tratando das lâmpadas fluorescentes, o representante da FBOMS informou sobre o GT que vem discutindo a problemática destas lâmpadas, coordenado pela DRT/SP, onde foi

ressaltada a existência de uma lâmpada que utiliza menos mercúrio e mesmo assim é mais potente. O representante destacou o problema envolvendo as fábricas de cloro-soda e propôs a sua substituição pela tecnologia de membranas semi-permeáveis.

Foi informada a realização de dois eventos relativos ao Mercúrio: na Argentina, sobre o uso do mercúrio no setor de saúde, em agosto; e na Bélgica, denominado Conferência Internacional sobre Mercúrio, em novembro.

O representante do MDIC relatou que o Uruguai solicitou o estabelecimento de um código NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) específico para instrumentos que contenham mercúrio.

O MMA se incumbiu de resgatar as atividades que estão em andamento, relativas ao mercúrio, para relatar na próxima reunião da CONASQ, com a finalidade da Comissão analisar se há alguma abordagem nova a ser feita para solucionar o problema.

7. Outros temas: O representante da FBOMS registrou sua preocupação com relação às características da baixada santista, que dificultam a coexistência de um distrito industrial, em fase de ampliação, e a região metropolitana, tais como: pequena área com grande densidade populacional, presença de Serra que dificulta a dispersão de efluentes gasosos, região de Mata Atlântica (alto endemismo, elevadas biodiversidade e fragilidade ambiental).

8. A reunião foi encerrada às 17 horas.